



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 453, DE 2019**

Apensado: PL nº 3.299/2019

Altera o art. 129 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena cominada ao crime de lesão corporal cometido no contexto de violência doméstica, inclusive contra gestante ou idoso, bem como o art. 146-B da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir monitoração eletrônica de agressor de violência doméstica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera o art. 129 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena cominada ao crime de lesão corporal cometido no contexto de violência doméstica, inclusive contra gestante ou idoso, bem como o art. 146-B da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir monitoração eletrônica de agressor de violência doméstica.

Art. 2º. Os §§ 9º e 11 do art. 129 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 129.

.....

.

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – detenção, de 6(seis) a 3 (anos) anos.



.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência, gestante ou idoso.

.....” (NR)

Art. 3º. O art. 146-B da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 146-B

.....

VI - para monitoramento do agressor de violência doméstica nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

.....

§ 2º. Na hipótese de aplicação do inciso VI, o dispositivo eletrônico usado pelo agressor deverá acionar, de forma imediata, a instância de monitoramento existente na localidade que comunicará quaisquer ocorrências às autoridades competentes.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 2021.

Deputada **ELCIONE BARBALHO**
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elcione Barbalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213145823400>

